

Garantida a liberdade de expressão



Confusão e tumulto. Mas o racismo agora é crime inafiançável

Alencar Monteiro - 22/88

Painel não funciona e atrasa a votação

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Durante toda esta semana, a Constituinte estará trabalhando em ritmo muito mais lento. Esta é a consequência de uma pane no sistema eletrônico de votação, que custou 40 milhões de cruzados, no ano passado, para ser ampliado e adaptado especialmente para essas votações. O conserto do sistema eletrônico, entretanto, já foi providenciado. Segundo a deputada Dirce Tutu Quadros (PTB-SP), o reparo custará 23 mil dólares e será feito por um especialista da Alemanha, cuja chegada está sendo esperada para hoje à noite.

O sistema importado da Alemanha Ocidental não poderá ser utilizado nesta semana. As votações terão de ser feitas por chamada nominal, que demora, cada uma, quase uma hora e meia, enquanto pelo sistema eletrônico leva apenas 15 minutos. Em vez de oito ou dez votações por dia, não poderão ser feitas mais que três ou quatro.

Ao menos uma informação —

alentadora — foi ontem fornecida ao presidente Ulysses Guimarães por representantes da A.E.G. Telefunken, a empresa alemã que montou o sistema: já se descobriu a causa do problema. É uma sobrecarga acarretada pelo uso intensivo do sistema, que não havia sido testado com carga total. O sistema não estava agüentando receber e processar, seguidas vezes, mais de 400 votos.

Depois de confirmado o problema com novos testes feitos ontem, com a participação de servidores da Câmara, foi pedida mais uma peça, com urgência, à matriz alemã da empresa. Esperam os técnicos que até segunda-feira o sistema possa estar reparado e reprogramado para o uso intensivo. Mas há quem diga que o problema na verdade está na falta de um no-breaker, ou seja, um estabilizador e gerador de corrente elétrica. A corrente de energia oscila muito no edifício do Congresso e cada vez que isso acontece, o sistema eletrônico, muito sensível, se descontrola. Não sai do ar, mas fica maluco e os técnicos precisam de mais 15 minutos para reacerá-lo.

Sant'Anna garante os cinco anos

AGÊNCIA ESTADO

"O mandato vai ser, sem dúvida, de cinco anos." A afirmação foi feita ontem em Brasília, pelo líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna, que garantiu ter 320 votos a favor dos cinco anos para o mandato do presidente José Sarney. Carlos Sant'Anna, no entanto, afirmou que, no momento, se preocupa com o término de uma pesquisa que vem fazendo entre os adeptos dos cinco anos para checar a possibilidade de um pedido de inversão da pauta de votação no plenário, com análise antecipada do mandato e do sistema de governo. As opiniões colhidas, segundo admitiu, são diversificadas.

A mesma certeza quanto aos cinco anos de mandato, porém, não foi obtida pelo governador do Espírito Santo, Max Mauro. Em uma reunião na Praia da Costa, em Vila Velha, feita para obter apoio aos cinco anos para Sarney das bases do PMDB naquele estado, 27 presidentes de diretórios municipais propuseram o rompimento com o presidente e adiantaram que não estão dispostos a apoiar o parlamentarismo.

Por sua vez, o grupo parlamentarista interpartidário vai tentar impugnar, no plenário da Constituinte, a emenda presidencialista. A alegação, segundo um dos líderes dos grupos, foi o fato de as folhas de assinaturas de várias propostas para um único texto terem sido aproveitadas, "caracterizando uma fraude".

CPI sobre corrupção só amanhã

Instala-se amanhã a CPI do Senado encarregada de apurar as irregularidades no Executivo, com ênfase na investigação sobre intermediação de empresas que, mediante o recebimento de comissões de até 16% do montante global, encarregavam-se de acelerar a liberação de recursos destinados pela União aos municípios. Ontem, em Brasília, informou-se que por acordo de lideranças, mas ainda dependendo de aprovação em plenário, a CPI será acrescida de dois membros, os senadores Itamar Franco e Afonso Camargo.

Desde ontem está mais difícil a liberação de empréstimos da União para os estados e municípios, em razão da política de obstrução dos créditos destinados aos governadores que apóiam cinco anos de mandato para o presidente Sarney adotada pelo Senado. Dois dos principais responsáveis pela iniciativa são os senadores peemedebistas Rui Baceelar e Fernando Henrique Cardoso.

O novo líder do governo no Senado, Saldanha Derzi (PMDB-MS), entregará hoje na sala da Comissão de Finanças uma lista com 34 assinaturas a favor do líder Fernando Henrique, que coloca o cargo à votação da bancada.

Sigilo da fonte

Diz a emenda:

"É livre a manifestação do pensamento, vedado o anonimato. É assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte quando necessário ao exercício profissional. É assegurado o direito de resposta profissional ao agravo, além da indenização por dano material ou à imagem".

Por outro lado, o plenário rejeitou emenda do deputado Sotero Cunha (PDC-RJ), que queria proibir a saída ou entrada de pessoas no País — em tempos de paz — com seus bens. No final da votação, foi aprovado o texto original da Comissão de Sistematização e encampado pelo Centrão. O texto aprovado foi o seguinte:

"É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, e, respeitados os preceitos legais, qualquer pessoa poderá nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens".

ram fundidas, por meio de acordo, por terem basicamente a mesma redação) foram rejeitadas por 391 votos contra 121 e três abstenções. Dessa forma, rejeitou-se a emenda que pretendia a seguinte redação para o Parágrafo 4º do Capítulo do Título II: "A lei não prejudicará o ato jurídico perfeito ou a coisa julgada". O argumento dos autores da emenda — Osvaldo Trevisan (PR), Agassiz Almeida (PB) e senador Roraima Tito (MG), todos do PMDB —, que pretendia a retirada da garantia do direito adquirido, é que, se aprovada a emenda, seriam atingidos justamente os marajás, que, à base do direito adquirido e de ganhos extraordinários incorporados aos salários, recebem as maiores remunerações pagas no País. Segundo o contra-argumento do relator Bernardo Cabral, mais adiante, no projeto de Constituição, no Artigo 22 das disposições transitórias, há uma disposição específica sobre os marajás, dizendo que vencimentos, remuneração, vantagens e adicionais recebidos em desacordo com a Constituição serão automaticamente reduzidos, não prevalecendo, nesses casos, o direito adquirido.

Na quarta e última votação do dia foi rejeitada por 372 a 110 e duas abstenções a emenda do deputado Sotero Cunha (PDC-RJ) que pretendia excluir a expressão "com seus bens" do Parágrafo 7º que postula:

Racismo é crime

A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito a pena de reclusão, nos termos da lei, segundo aprovou ontem o plenário da Constituinte. O texto aprovado é de autoria dos deputados negros Carlos Alberto Caó, do PDT, e Benedita Silva, do PT, ambos do Rio de Janeiro. A emenda acrescenta o racismo como crime inafiançável e imprescritível ao Parágrafo 2º do Artigo 6 da emenda coletiva do Centrão, ao Capítulo I do Título II, que trata dos direitos e garantias individuais e coletivos. A redação do Parágrafo 2º é a seguinte: "A lei punirá qualquer discriminação atentatória dos direitos e liberdades fundamentais. A prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei".

Até agora, nos termos da Constituição de 24 de janeiro de 1967, com a redação dada pelas emendas constitucionais de 1 a 12, e os atos institucionais de 5 a 17, a questão do racismo era mencionada no Capítulo IV — "Dos direitos e garantias individuais" — que, no Parágrafo 1º do Artigo 153, determinava: "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de sexo, raça, trabalho, credo religioso e convicções políticas. Será punido pela lei o preconceito de raça". (grifo nosso).

LEI AFONSO ARINOS

A discussão é antiga: em julho

de 1950 o deputado Afonso Arinos de Mello Franco apresentou à Câmara Federal dos Deputados um projeto, de nº 562, versando sobre questões relativas à discriminação racial e incluindo entre as contravenções penais a prática resultante de atos resultantes de preconceitos de raça e de cor. O relator, deputado Plínio Barreto, ofereceu um substitutivo a fim de aproveitar uma emenda do próprio autor, unanimemente aprovada. Do projeto constavam nove artigos, prevendo os principais tipos de discriminação possíveis: recusa de estabelecimentos comerciais ou de ensino de aceitar e atender negros, idem para hospedagem em hotéis ou similares, para a entrada em estabelecimentos públicos ou de esporte, bares ou cabaretes, obstáculos a carreira no funcionalismo público ou Forças Armadas, negar emprego ou trabalho em autarquia, ou qualquer empresa, pública ou privada. As penas iam de prisão de 15 dias a um ano, multas de 500 cruzeiros a 20 mil cruzeiros, e variadas punições para os dirigentes dos estabelecimentos, que incluíam a perda do cargo ou até a suspensão de funcionamento da empresa ou local. O projeto foi aprovado exatamente às vésperas da instalação, no Rio de Janeiro, do I Congresso do Negro Brasileiro, patrocinado pelo Teatro Experimental do Negro.

Passarinho admite ser líder, mas só com união

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Estudar a proposta de assumir a liderança do Centrão, mas apenas aceitá-la caso haja consenso entre os seus integrantes. Esta é a disposição do senador Jarbas Passarinho (PDS-PA), que aproveitou ainda para revelar ontem que teria se sentido mais à vontade para analisar a ideia se tivesse sido convidado há dois meses. Isso porque, segundo disse, teria levado ao grupo suas sugestões para o projeto substitutivo apresentado pelo Centrão à Comissão de Sistematização.

Jarbas Passarinho disse acreditar que o convite surgiu porque alguns de seus integrantes estavam preocupados com o tom radical dos

centristas. E justificou as resistências que existem à indicação de seu nome devido ao espaço muito grande que o grupo ocupa atualmente na imprensa. Para ele, vários membros do Centrão dão entrevistas e, com a redução dessa liderança a uma única pessoa, eles perderiam este espaço.

"Seria uma conquista muito grande para o grupo, pois ele reúne todas as qualidades necessárias para um brilhante líder." A afirmação foi feita pelo deputado Delfim Netto (PDS-SP) ao declarar o seu apoio à indicação do senador Jarbas Passarinho para a liderança do Centrão. De outro lado, o ex-ministro da Fazenda afirmou que "não é verdade" a informação que circula, segundo a qual ele estaria saindo do grupo.

Sarney condena reforma

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Se a Assembléia Constituinte aprovar as mudanças tributárias adotadas pela Comissão de Sistematização, só Jesus Cristo conseguirá governar o Brasil, com apenas 10% do total da arrecadação. O comentário foi feito pelo presidente José Sarney, durante encontro com parlamentares do PMDB e PFL, ontem de manhã, no Palácio da Alvorada.

O presidente, em tom dramático, afirmou que não há tempo a perder e que todos precisam ajudar o governo e a Nação a superar a grave situação econômico-financeira. Sarney pediu apoio dos parlamentares às medidas anunciadas na reunião ministerial de anteontem. Um dos presentes chegou a insistir que também o governo, principalmente a

Esplanada dos Ministérios, precisa dar mais atenção ao Congresso.

QUATRO ANOS

O PFL mineiro, pelos seus representantes na Constituinte, deverá comunicar na terça-feira ao presidente de honra do partido, ministro Aureliano Chaves, que a quase totalidade da bancada — oito dos dez deputados — pretende votar a favor do mandato de quatro anos para Sarney.

A bancada do PFL de Minas Gerais, que esteve reunida ontem no gabinete do 1º vice-presidente da Câmara, deputado Homero Santos, revelou sua revolta pelo apoio ostensivo do presidente ao governador Newton Cardoso. "Sarney está errado acreditando nos votos que Newton Cardoso não tem", afirmou o deputado Lael Varella (PFL).

'Conflito entre poderes é democrático'

Em visita ao Brasil para uma série de conferências a convite da Associação Alumni, o juiz Antonin Scalia, membro da Suprema Corte dos Estados Unidos, disse ontem em São Paulo que o conflito entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário pode parecer um defeito para os brasileiros, mas é considerado uma vantagem na democracia norte-americana. Scalia evitou fazer comentários sobre a situação brasileira, particularmente sobre os trabalhos da Constituinte, explicando que à cada sociedade cabe buscar o equilíbrio adequado às suas próprias características.

Scalia é descendente de italianos e o mais jovem integrante da Suprema Corte, órgão máximo do Judiciário norte-americano, que tem apenas nove membros. Durante entrevista coletiva na sede da Alumni, nos Jardins, Scalia contou que os autores da Constituição dos Estados Unidos — escrita há 200 anos e ainda em vigor — acreditavam que a ameaça ao sistema democrático viria do Legislativo. As-

sim, decidiram enfraquecê-lo, dividindo-o em duas casas — o equivalente no Brasil ao Senado e à Câmara dos Deputados. De qualquer forma, segundo Scalia, já se previa o conflito entre poderes, que é essência da democracia.

Conforme Scalia, os salários dos juizes, nos Estados Unidos são públicos e todos pagam impostos estaduais e federais, ao contrário do que ocorre no Brasil. Os membros da Corte Suprema são vitalícios, para garantir a independência nas decisões, acrescenta. Na sua opinião, essa característica poderia ser substituída, com o mesmo efeito, por um limite de idade — 75 anos, por exemplo.

Na Constituição norte-americana, ainda segundo o juiz, as Forças Armadas são subordinadas ao presidente da República, a quem compete designar o secretário da Defesa, que é um civil. Scalia contou também que, na história do país, já é uma tradição o controle civil das áreas militares. Como exemplo, ele lembrou a destituição do general Douglas MacArthur pelo presiden-

te Truman durante a guerra da Coreia, por ter desrespeitado algumas de suas instruções. A Carta norte-americana, também conforme Scalia, permite que qualquer indivíduo recorra à Justiça alegando a inconstitucionalidade de uma lei, desde que se sinta pessoalmente atingido.

Nomeado pelo presidente Ronald Reagan e considerado um juiz conservador, Antonin Scalia também evitou qualquer rótulo. Disse que podem considerá-lo conservador se isso significar que se opõe à corrente defensora do ativismo judiciário — permite aos juizes dar uma interpretação mais pessoal a suas sentenças. Scalia garante que suas decisões são baseadas estritamente na Constituição, o que nem sempre leva a conclusões conservadoras, na sua opinião.

Além da entrevista coletiva, o juiz norte-americano fez ontem uma conferência na Faculdade de Direito do Largo São Francisco e hoje, às 17h30, estará na Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

"É livre a locomoção no território nacional em tempo de paz e, respeitados os preceitos legais, qualquer pessoa poderá nele entrar, permanecer, ou dele sair com seus bens".

TUMULTO

A sessão começou pontualmente às 14 horas e correu tranqüila até o horário destinado às lideranças, quando os ânimos esquentaram, e por pouco o deputado Gastone Righi, líder do PTB, não partiu para a briga com o relator auxiliar, senador José Fogaça. Roberto Jefferson, do PTB fluminense, e Jorge Uequed, do PMDB gaúcho, também trocaram palavras ásperas. Todos foram impedidos de brigar por outros parlamentares.

A discórdia começou quando Righi ocupou a tribuna para protestar contra o fato de a polícia paulista ter retirado à força, das manifestações dos ferroviários em greve, nos trilhos da estação da Luz, o deputado do PT e presidente do Sindicato dos Ferroviários de São Paulo, Mendes Botelho. Foi o que bastou para Fogaça retrucar que Righi não podia protestar, porque subscreveu a emenda do Centrão "que praticamente impede a greve". Righi chamou Fogaça de "senador menor", e instalou-se o tumulto no plenário. Jorge Uequed e Roberto Jefferson discutiram por causa do mesmo assunto. Aproveitando o clima efervescente, o líder do PDS, Amaral Neto, foi ao microfone pedir providências da Mesa contra a campanha que, segundo ele, está sendo movida pela CUT "para desmoralizar constituintes que votam contra os seus interesses".

FALTOSOS E INTROMISSÃO

Luiz Salomão (PDT-RJ) encaminhou à Mesa projeto de resolução de sua autoria, subscrito por 280 constituintes, modificando o regimento interno para permitir a verificação de presença, através do painel eletrônico ou de chamada nominal, para divulgação pública. "Não é possível continuarmos a ser agredidos pela população por causa dos faltosos", disse. Na votação de segunda-feira faltaram 183 parlamentares. E o deputado Aldo Arantes, do PC do B, denunciou a interferência da Pirelli nos trabalhos da Constituinte, através de carta enviada a todos os seus integrantes com apelos para que votem as emendas do Centrão. Paulo Delgado, do PT mineiro, também pediu à Presidência que proteste junto à empresa em nome da Constituinte "contra essa intromissão indébita".